

## **Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro: uma trajetória de excelência na profissionalização do serviço público**

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Marly Canassa

### **1. Histórico de criação da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho**

A partir de meados da década de 80, o Brasil foi marcado por crises econômicas e políticas sucessivas, tanto no âmbito nacional quanto estadual. Em Minas Gerais, a crise fiscal e financeira enfraqueceu a capacidade do Estado para executar políticas públicas, provocando uma reformulação do papel do setor público no incentivo ao desenvolvimento. A crise estrutural do Estado, que se agudizou nas conjunturas adversas, encontrou em programas de formação, capacitação e qualificação, um impulso dinamizador para sua superação. Isto, pois é no enraizamento de conhecimentos, posturas e atitudes básicas frente à coisa pública que se esperam movimentos endógenos na direção do cumprimento efetivo e adequado do papel do Estado, independente dos governos que se sucedem. Pode-se dizer, portanto, que as crises foram um elemento dinamizador e potencializador das energias criativas, na medida em que desencadearam reflexões sobre práticas institucionais consolidadas, possibilitando um momento de redirecionamento a partir das experiências acumuladas e dos desafios conjunturais.

Diante da crise, tornou-se necessário reformar o aparelho do Estado, sua organização, rotinas de trabalho, cultura e comportamento da administração, visando à melhoria da eficiência e do atendimento às necessidades da sociedade. O aparelho do Estado formado por servidores públicos, recursos financeiros, máquinas, equipamentos e instalações é o executor das decisões que são tomadas pelo governo. Daí a necessidade de uma atuação eficiente oferecendo sempre respostas às necessidades da sociedade.

Foi neste contexto desfavorável, mas consciente da necessidade de reformulação do aparelho do Estado, que foi criada a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, em 1986, no início do processo de redemocratização do país, em um contexto de reforma administrativa, que tinha, entre outros, o objetivo de dotar os quadros do serviço público federal de pessoal capacitado e qualificado para corresponder às novas demandas da sociedade que a democracia exigia. Este foi um passo decisivo para o processo de profissionalização da Administração Pública.

Outro impulso importante veio em junho de 1998, com a Emenda Constitucional n. 19, que instituiu diversas mudanças na concepção de administração pública e preconizou a obrigação de União, Estados e Distrito Federal manterem Escolas de Governo<sup>1</sup> (Ribeiro, 2003), como forma de evitar que a execução de políticas públicas padecesse das ineficiências crônicas dos governos, como a descontinuidade e clientelismo.

Em Minas Gerais, não poderia ser diferente e um movimento na mesma direção foi iniciado no sentido de estruturar uma burocracia administrativa organizacional estável e meritocrática. Neste sentido, antes mesmo da Emenda Constitucional nº 19/98, em 14 de dezembro de 1992, por meio da Lei Estadual nº 10.961, foi criada a Escola de Governo de Minas Gerais (EG) como uma das diretorias da Fundação João Pinheiro (FJP), com a finalidade de promover, em parceria com outros órgãos e agências estaduais e com governos municipais, um vasto programa de treinamento e capacitação de servidores. Desde então, a Escola dedica-se à formação de recursos humanos, demandados pelo processo de modernização do serviço público, atuando nos níveis de capacitação, graduação, especialização e mestrado. A formação oferecida pela Escola enfatiza os aspectos relacionados à reformulação da gestão pública em um contexto de reforma do Estado e de ampliação democrática que pressiona o setor público por maior eficiência, eficácia e efetividade das suas ações.

Acredita-se que o reconhecimento do trabalho de pesquisa e consultoria que estende a marca FJP para além das fronteiras do Estado de Minas Gerais, constituindo-se referência em meios acadêmicos nacionais, em domínios societários e mesmo em circuitos internacionais, como institutos multilaterais e de cooperação técnica pesaram na decisão de criação da Escola de Governo na estrutura organizacional da FJP.

Além disto, o patrimônio da Fundação João Pinheiro possui elementos constitutivos especiais que fazem conjugar a pesquisa aplicada ao setor público com formação de quadros técnicos com qualificação específica, o que faz da FJP uma instituição de Estado detentora de um potencial inédito na produção de conhecimento aplicado nesse campo. Ademais, as atividades acadêmicas próprias da EG lhe conferem a dupla condição de uma escola que deve se pautar tanto pela competência acadêmica de uma instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, quanto pela constituição de um *ethos* público que lhe cabe, inclusive, difundir.

---

<sup>1</sup> Destaca-se a importante iniciativa do CONSAD, que por meio da Resolução CONSAD nº 06, 29/10/2019 instituiu e disciplinou o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Rede de Escolas de Governo Estaduais e do Distrito Federal – GTREGE, do qual a Escola de Governo faz parte. O Grupo tem por objetivo o estudo, compartilhamento de conhecimentos e desenvolvimento de soluções para o aprimoramento e efetividade da gestão pública dos Governos Estaduais e do Distrito Federal. Para tanto, instituiu diversos subgrupos visando a promoção de ações que fortaleçam o vínculo entre as Escolas, incluindo o compartilhamento de estruturas e experiências.

Por essa especificidade, a EG demanda uma direção e uma equipe que concilie a *expertise* acadêmica - fator necessário para o reconhecimento pelos órgãos de pesquisa e ensino, como CAPES, CNPq, etc. - com o compromisso com a coisa pública. A conciliação dessas duas exigências, ao longo dos anos, se concretizou por meio da constituição de uma equipe que incorpora essas características. Isso vem resultando em progressivo reconhecimento da EG, expresso nas avaliações acadêmicas oficiais, nos fóruns nacionais e internacionais de produção voltada para a administração pública, no desempenho dos alunos e na avaliação positiva do público que opta por cursos da EG/FJP, apesar da existência de um mercado altamente competitivo.

O fato da Escola ser uma instituição de ensino isolada, fora dos muros de uma universidade, é compensado pela sua inserção na FJP que garante aos alunos um ambiente de reflexão e produção de ideias, informações e, fundamentalmente, de realização de pesquisas, permitindo a integração entre ensino e pesquisa, enquanto elemento básico no processo de aprendizado e de capacitação acadêmica. E isso se dá a partir da perspectiva pública, de forma que as diferentes atividades das diretorias da FJP com objetivos diversos, embora complementares, enriquecem sobremaneira a formação dos administradores públicos nos diferentes níveis de formação nos quais a EG atua. Concretamente essa integração tem se efetivado por meio da relação pesquisadores/alunos pela via de docência, orientação de monografias, estágios, participação em pesquisas.

A EG oferece cursos de graduação, capacitação, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e programas de desenvolvimento. O que torna o seu modelo único no país é o **curso de Administração Pública (Csap)**, que constitui-se em uma etapa do concurso público para ingresso na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG)<sup>2</sup> do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, e que será tratado na seção a seguir.

O **programa de Mestrado em Administração Pública** recomendado pela Capes para integrar o Sistema Nacional de Pós-Graduação tem por objetivo a formação de alto nível – teórica e técnica – dos profissionais que atuam em organizações governamentais e não-governamentais e em centros de ensino e de pesquisa em áreas relacionadas à administração pública. Para ingressar o candidato precisa passar por três etapas: a primeira considera o resultado geral do Teste ANPAD; a segunda leva em conta a análise preliminar de pré-projeto de pesquisa; e a terceira

---

<sup>2</sup>Em sua origem o cargo era denominado “administrador público”, mas em 1998 foi transformado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), caracterizando-se a natureza sistêmica da carreira, comum a todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo.

avalia o currículo apresentado pelo candidato. Atualmente o programa possui conceito 3 junto à Capes e a cada ano recebe 20 alunos que buscam qualificação em Administração Pública, na área de concentração “Estado, Instituições e Gestão de Políticas Públicas”.

A **pós graduação lato sensu** engloba cursos de especialização e é voltada para a qualificação e atualização permanente dos agentes públicos governamentais (prioritariamente), nas áreas de gestão e administração. Alguns cursos de especialização são oferecidos de forma regular e outros sob demanda. Entre os primeiros, desde 1985, a FJP manteve convênio com a Polícia Militar de Minas Gerais (PM/MG) para qualificação de seus quadros. Essa parceria, que durou 33 anos, pode ser considerada a mais longeva da FJP e tinha como objetivo o desenvolvimento de cursos voltados para os oficiais intermediários e superiores da organização policial. Iniciada pelo Centro de Desenvolvimento em Administração (CDA), a coordenação do curso passou a ser de responsabilidade da Escola de Governo a partir de sua criação, em 1992. De 1985 a 2018, cerca de 3.500 oficiais, entre capitães, maiores e tenentes-coronéis, do quadro de oficiais PM passaram pela FJP. Além dos policiais de Minas Gerais, qualificados pela FJP, se somaram outros, do Distrito Federal e de vários estados brasileiros, dos quais se destacam Mato Grosso, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Amazonas, além de policiais de países da América do Sul. Destaca-se ainda o curso ofertado para o Ministério da Justiça, no âmbito do “Programa de Treinamento de Profissionais da área de Segurança do Cidadão”, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) / Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Um dos primeiros ofertados pela FJP, foi o Curso de Especialização em Administração/CEA, voltado para qualificação de profissionais para formulação e gestão de políticas empresariais, em consonância com a realidade socioeconômica e política do país. Em 2001, teve início o Proap – Programa de Especialização em Administração Pública, que em sua primeira edição, ofereceu aos servidores da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais, cinco cursos de especialização nas áreas de: Administração Pública, Políticas Públicas e Gestão Governamental; Gestão Estratégica da Informação, Controle Interno e Orçamento e Finanças Públicos. Além da aprendizagem específica, buscava-se disseminar uma reflexão mais ampla que levasse à reavaliação do papel e desempenho dos servidores públicos num contexto de reconstrução das premissas e ações concretas do Estado, que estava incorporando, de forma inédita, práticas democráticas e conferindo papel efetivo ao direito do cidadão como norte das ações de governo. O programa foi ofertado por cinco edições passando por revisão curricular dos cursos já ofertados ajustando-os tanto em conteúdo como em carga horária, alterando-se denominações e fundindo os cursos.

Ainda em relação aos cursos de especialização, durante o ano de 2020 foram ofertados 05 cursos abertos ao público em geral, sendo eles: IV, V e VI Curso de Especialização em Administração Pública: Planejamento e Gestão Governamental (CEAPGG); Curso de Especialização em Gestão Financeira e Orçamentária no Setor Público (CEGFOSP); e Curso de Especialização em Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CEMAP). Foram ainda ofertados dois cursos diretamente contratados: Curso de Especialização em Administração Pública: Planejamento e Gestão Governamental, contratado pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais-PRODEMG; e Curso de Especialização em Gestão, Proteção e Defesa Civil, contratado pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.

No âmbito das atividades de capacitação de recursos humanos, tem-se **os cursos de capacitação e treinamento** que são compostos principalmente de cursos de curta duração com o objetivo de fornecer educação continuada a servidores, gestores e agentes públicos das esferas federal, estadual, municipal além das instituições e organizações privadas contribuindo de modo substantivo para a prática profissional dentro do serviço público. Os cursos de capacitação são oferecidos predominantemente nas seguintes áreas: Gestão; Planejamento e Finanças; Gestão da Informação e Comunicação; e Políticas Públicas.

Os cursos podem ser realizados presencialmente ou à distância e assim como os cursos de especialização, existem duas modalidades: cursos diretamente contratados por instituições públicas e organizações privadas e cursos abertos, ofertados e estruturados a partir de inscrições individuais de servidores públicos e cidadãos em geral.

Além dessas atividades regulares, sob demanda ou por diferentes processos seletivos, a Escola de Governo dedica-se à produção de pesquisas, informações e diagnósticos que subsidiam a formulação, avaliação e gestão de políticas públicas nas diversas esferas de governo. Atualmente as áreas fortes de pesquisa são “Estado, Gênero e Diversidade”, “Modernização e Inovação na Gestão Pública Democrática” e “Economia, política, instituições e desenvolvimento”.

Isto posto, tem-se que a Escola de Governo possui papel central para que a gestão pública do Estado de Minas Gerais alcance resultados cada vez mais expressivos e úteis à sociedade, uma vez que os agentes públicos responsáveis pela consecução de tais resultados são formados, capacitados, treinados e orientados de forma qualificada para atuarem estrategicamente nas atividades do Estado e nas políticas e ações do Governo.

Na seção seguinte, considerando-se sua singularidade, segue um breve relato do curso de graduação ofertado pela EG/FJP e sua contribuição para sociedade.

## **2. O Curso de Graduação da EG/FJP e suas contribuições para Sociedade**

A partir de sua criação, a oferta do curso de graduação em Administração Pública (Csap) ocorre regularmente desde o primeiro semestre de 1993. Naquele ano, excepcionalmente, duas turmas ingressaram no curso, e no período de 1994 a 2003, a cada ano, uma nova turma foi selecionada. A partir de 2004, a Escola de Governo passou a receber duas turmas por ano (uma turma a cada semestre), porém, em 2017, em função do quadro fiscal do Estado de Minas Gerais, houve o retorno do ingresso de uma turma por ano. Em setembro de 2020 a trigésima oitava turma colou grau e aguarda a homologação do concurso público.

O Csap sempre que necessário passa por um processo de reforma visando a atualização do seu currículo. O último ocorreu no ano de 2012 por meio da revisão de ementas, disciplinas, períodos nos quais as disciplinas são ofertadas, além da busca pela manutenção do caráter inovador do curso, por meio da inserção de disciplinas optativas e valorização das atividades de extensão, baseando-se em práticas inovadoras de ensino em Administração Pública, que consistem na aproximação do aprendizado com a prática. Atualmente está sendo concluído um processo de reforma, para implementação no ano de 2021.

Uma importante mudança ocorrida no ano de 2012 foi a criação dentre as disciplinas obrigatórias, das disciplinas referentes a Projeto Aplicado I, II e III, que ocorrem no segundo, quarto e sexto períodos, respectivamente. Tais disciplinas têm como objetivo incentivar o aluno a aplicar conceitos aprendidos em sala de aula, articulando o conteúdo das diferentes disciplinas com as experiências do setor público mineiro, propondo ações concretas de melhoria. Durante a disciplina os alunos são colocados em contato com um ambiente de trabalho que em um futuro próximo passarão a integrar. Os alunos são colocados em contato com atividades que permitem que verifiquem o dia a dia do funcionamento do órgão ou entidade e ajudem a encontrar soluções para os desafios e problemas enfrentados, associando as experiências práticas com os conteúdos ministrados em sala de aula. Tais disciplinas permitem ainda o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período da atividade, utilizando-se de perspectiva multidisciplinar, conciliando teoria e prática.

Outra importante mudança ocorrida no âmbito do Csap foi a implementação da matriz de competências que estabeleceu o conjunto de competências esperadas dos egressos do Curso de Administração Pública da Escola de Governo. A Matriz de competências foi introduzida no Projeto Pedagógico do Curso e passou a subsidiar a discussão das competências a serem desenvolvidas em cada uma das disciplinas do Csap.

As mudanças curriculares empreendidas no Csap, fruto das reformas curriculares bem como de reflexões internas, refletem a preocupação da instituição em vencer os desafios de: desenhar uma proposta de curso pautada na formação generalista necessária à atuação da carreira de EPPGG e que garanta organicidade às disciplinas que compõem sua estrutura curricular; possibilite a aplicabilidade dos conceitos e instrumentos às atividades cotidianas dos profissionais no exercício da carreira; e desenvolva as competências necessárias à atuação do egresso.

Além disto, durante o curso a EG/FJP preocupa-se com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e é observando este tripé que foi criada a **Gerência de Extensão e Relações Institucionais (Geri)**, que tem por finalidade, planejar, coordenar e monitorar as atividades de extensão e relações institucionais.

Compete à Geri promover a integração das atividades de extensão e cooperação acadêmica com o ensino e a pesquisa; colaborar com os colegiados de cursos na organização das atividades complementares à formação dos alunos; promover a cooperação acadêmica e o intercâmbio de alunos e professores com instituições públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, para desenvolvimento de projetos relacionados às atividades da Escola de Governo; planejar, organizar e desenvolver ações de cooperação acadêmica com outras instituições tendo em vista o desenvolvimento do ensino e da pesquisa; planejar, organizar e desenvolver ações de extensão universitária como forma de promover atividades complementares à formação dos alunos; coletar e disseminar informações sobre as atividades de extensão e intercâmbio acadêmico; dentre outras.

A extensão universitária tem um papel importante na formação e aprendizado dos estudantes. Na Constituição Brasileira a extensão, junto com o ensino e a pesquisa, forma o tripé que sustenta a universidade. A extensão é ação mais promissora para a universidade exercer a sua função social. No artigo 207 da Constituição tem-se que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Sendo assim, não poderiam faltar projetos sociais no âmbito do Csap. A título de exemplo tem-se os projetos relacionados a seguir.

**Fica Ativo!** Repensar é um projeto que se propõe a oferecer oficinas sobre temas ligados às artes, cultura e cidadania a jovens em situação de vulnerabilidade. Tem o objetivo de construir, em conjunto com os participantes, condições para o seu empoderamento por meio do

fortalecimento dos laços comunitários e de ações coletivas em prol de direitos dos quais estão sendo privados.

**Cursinho Educar**, é um cursinho Preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Trata-se de um projeto no formato de cursinho popular extensivo preparatório para estudantes que desejam prestar o Enem, com aulas no período noturno de segunda a sexta. Seu objetivo é oferecer gratuitamente um curso preparatório com qualidade e ao mesmo tempo contribuir para a integração social e econômica de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social que estudaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas.

Não é possível deixar de mencionar o projeto de extensão intitulado **“Observatório da Desigualdade Social”**. Parceria entre a Escola de Governo e o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais (Corecon-MG), o projeto, criado em agosto de 2018, busca contribuir com o debate informado sobre as diferentes faces da desigualdade social, os mecanismos que as produzem e reproduzem e as formas de enfrentá-la, difundindo e tornando mais acessível o conhecimento e as informações sobre o tema<sup>3</sup>.

Além das atividades de extensão, tem-se os projetos de **imersão municipal** que abrangem as iniciativas que levam o estudante do Csap a conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira e as especificidades e desafios das administrações públicas municipais. A prática de imersão enquanto parte da formação do Curso de graduação da EG foi aprovada em 2014.

Além disto, o Csap é avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) dentro da periodicidade estabelecida pelo Ministério da Educação (Mec). Em 2006, o Csap obteve primeiro lugar entre os 1.475 cursos avaliados na prova; foi a primeira vez que a prova do Enade foi aplicada para os cursos de Administração de Empresas, sendo o curso de Administração Pública avaliado pelos mesmos parâmetros. Já em 2009, classificou-se em 12º lugar e em 2012 subiu para o terceiro lugar. Também em 2012, o Csap foi classificado em 17º lugar entre os 6.195 cursos na área de ciências sociais aplicadas do país. Em 2015, obteve o primeiro lugar entre os cursos avaliados, desta vez no Enade próprio para os cursos de Administração Pública, e no ranking geral, que englobou 8.121 cursos superiores de todas as áreas, o Csap obteve a segunda colocação, considerando a nota bruta geral. Na última edição do exame, divulgada em 2019, o Csap alcançou novamente o 1º lugar entre os cursos de Administração Pública e tecnologia em gestão pública. Além disso, obteve também o 1º lugar

---

<sup>3</sup> Recentemente foi publicada a obra “Desigualdade para inconformados: dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil”. A obra foi coordenada pelo professor e pesquisador Bruno Lazzarotti Diniz Costa e pelo EPPGG Matheus Arcelo Fernandes Silva e contou com a participação dos alunos da Escola de Governo/FJP, da Puc/Minas e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

entre os cursos de Administração, Administração Pública e Tecnologia em Gestão Pública em um total de 1874 cursos avaliados. O curso possui ainda 5 estrelas no Guia do Estadão, antigo Guia do Estudante.

A formação de excelência ofertada pela EG/FJP, atestada por órgãos externos, reflete-se em seus egressos, que prestam serviços de grande importância à sociedade. Existem egressos hoje em cargos estratégicos nas três esferas de governo, além de egressos em destaque na iniciativa privada. Tem-se, portanto, a formação do EPPGG pela EG/FJP como uma importante contribuição para a sociedade.

A Tabela 1, apresentada no anexo único, apresenta o histórico da legislação referente à carreira de EPPGG em Minas Gerais, o que permite identificar sua evolução ao longo dos anos.

Para além do curso de graduação, a Escola de Governo, conforme já mencionado possui outros cursos e programas que foram brevemente mencionados na introdução deste artigo. Para além do curso de Administração Pública, que torna a Escola singular, alguns desafios e tendências se apresentam, conforme será demonstrado a seguir.

### **3. Desafios e Tendências**

Um grande desafio é este momento atípico vivenciado em nível mundial, imposto pelo Estado de Calamidade Pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19) declarado até 31 de dezembro de 2020 pelo Governo de Minas Gerais por meio do Decreto n. 47.891, de 20/03/2020. Uma das medidas emergenciais de contenção à propagação da doença foi a proibição de realização de eventos e reuniões, de qualquer natureza, de caráter público ou privado, incluídos cursos presenciais com mais de trinta pessoas enquanto durar essa situação de emergência em saúde pública no Estado, bem como a suspensão das atividades educacionais presenciais em todas as unidades autárquicas e fundacionais que integram a Administração Pública estadual (Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 18, de 22 de março de 2020). Diante disso e, com o compromisso de proteger a saúde e a segurança da sua equipe e de seus discentes, a Escola de Governo procurou adaptar suas ações educativas conforme as necessidades de cada público da Escola.

Tal adaptação encontra-se em conformidade com notas técnicas e outros documentos de caráter legal ou de orientação emitidos pelo Conselho Estadual de Educação, Conselho Nacional de Educação, Movimento Todos pela Educação, Ministério Público e outras entidades governamentais e da sociedade civil, que estimulam a utilização intensiva das tecnologias da

informação e comunicação para o desenvolvimento das ações educativas em todos os níveis e modalidades de ensino enquanto perdurar o risco de retorno às atividades presenciais.

Desta forma, desde o final do mês de março do ano de 2020 a Escola de Governo tem se empenhado em interagir com toda a comunidade acadêmica no sentido de assegurar condições de realização das aulas no ambiente online, sendo que a prioridade é garantir a aprendizagem de todos (as) os (as) estudantes/cursistas. Para isto, o ensino online no âmbito da EG partilha das seguintes premissas e valores: atenção ao estudante/cursista; equidade; colaboração e participação; inovação e flexibilidade; e gestão baseada em evidências.

Além da pandemia, o Governo de Minas Gerais já vinha passando por uma severa crise fiscal que exigiu da Escola de Governo/FJP soluções criativas. Sendo assim, mais uma vez, um momento de crise oportunizou um momento de expansão para Escola de Governo, uma vez que difundiu e fortaleceu seus cursos e programas para além das fronteiras de Minas Gerais.

Neste sentido, no ano de 2019 a Escola de Governo alinhada à recomendação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no que se refere a exploração de opções visando melhorar a capacidade, a produtividade e a inovação da administração pública, lançou o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL).

O PDL, em sua primeira versão, teve como objetivo prover o segundo escalão do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais de capacidade de gestão e liderança para executar de forma eficiente e eficaz as políticas públicas. Para isto, por meio dos módulos teóricos e vivenciais desenvolveu líderes para atuar de forma inovadora e estratégica no setor público, além de permitir que articulem ações e trabalhem em rede para o alcance dos resultados estratégicos. Os módulos teóricos e vivenciais do Programa já foram concluídos e a fase atual é a de consolidação da rede de líderes, possibilitada por encontros bimestrais organizados pela EG.

Outro Programa alinhado às recomendações da OCDE, é o Programa de Liderança para a Retomada Econômica, lançado em novembro de 2020. Voltado para os prefeitos que irão iniciar seus mandatos em 2021, o programa teve sua criação motivada pelo contexto das severas perdas econômicas ocorridas ao longo de 2020 em vista da pandemia da Covid-19. Construído pela EG/FJP de forma conjunta com especialistas da área do desenvolvimento econômico, o programa tem as parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. O programa visa preparar lideranças locais e regionais para a condução dos processos de retomada econômica nos municípios. Para tanto, irá abordar conteúdos necessários à elaboração de políticas efetivas que ampliem os investimentos locais,

criem melhores ambientes de negócio e fomentem a geração de empregos e o empreendedorismo. Paralelamente, os participantes do Programa serão estimulados a desenvolver comportamentos e a utilizar técnicas de liderança para mobilizar esforços e recursos de forma assertiva para ampliar a capacidade de recuperação econômica.

Não apenas as competências de liderança na alta administração pública do Brasil estão sendo revistas pela OCDE, mas também as competências de inovação, motivo pelo qual é importante mencionar a criação na EG/FJP, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, de um Laboratório de Inovação, Lab.MG, visando realizar ações conjuntas que possibilitem o fomento à inovação na ação governamental e o desenvolvimento de iniciativas inovadoras que agregam valor público às atividades dos órgãos, autarquias e fundações do Poder Executivo Estadual de Minas Gerais. O Lab.MG tem por objetivo propor e testar soluções de forma colaborativa e ágil para desafios de governo, visando aprimorar a experiência do usuário, bem como melhorar a utilização dos recursos públicos. A formalização do Lab.MG ocorreu com a publicação da Portaria Conjunta SEPLAG/FJP Nº38 de 1º de setembro de 2020.

Verifica-se portanto, que a EG/FJP está atenta às tendências mundiais, procurando mesmo diante dos inúmeros desafios impostos atuar em alinhamento às recomendações da OCDE.

#### **4. Referências**

BRASIL. Resolução Mec nº 01 de 13/01/2014, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category\\_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192). Acesso em 25 de setembro de 2020.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Escola de Governo. Projeto Pedagógico 2013: Curso de Administração Pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2013.

MINAS GERAIS, Lei Estadual nº 9.360, de 09 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a criação da carreira de Administrador Público no Poder Executivo e dá outras providências.

MINAS GERAIS, Lei 13.085, de 31/12/1998. Cria as carreiras que menciona, institui a gratificação de desempenho e produtividade individual e institucional e dá outras providências.

MINAS GERAIS. Lei 18.974, de 29/06/2010. Estabelece a estrutura da carreira estratégica de EPPGG, altera as tabelas de vencimento das carreiras policiais civis de que trata a Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005, e dá outras providências.

OCDE. Revisão das competências de inovação e liderança na alta administração pública do Brasil Conclusões Preliminares da OCDE. 2018.

PETRUCCI, Vera Lúcia. SANTOS, Maria Helena C. e BRITO, Marcelo (coord.) Escolas de Governo e Profissionalização do Funcionalismo. Brasília: ENAP, 1995.

RIBEIRO, W. A. As escolas de governo e o "novo direito administrativo". Carneiro, J. M. B. e Amorim, A. (Orgs.) Escolas de governo e gestão municipal. São Paulo: Oficina Municipal, 2003.

## 5. Anexo Único

Tabela 1: Histórico da Legislação referente à carreira de EPPGG

Ano	Legislação	Objeto
1986	Parecer nº 08 (Conselho Estadual de Educação) de 15/01/1986	Autorizou a criação do Csap
1986	Decreto Federal nº 92.745 de 04/06/1986	Autorizou o funcionamento do Csap
1986	Lei Estadual nº 9.360 de 09/12/1986	Criou o Csap e a carreira de Administrador Público (AP)
1992	Lei Estadual nº 10.745 de 25/05/1992	Reduziu 40 cargos da carreira de AP
1992	Decreto Estadual nº 33.783 de 10/07/1992	Reduziu 175 cargos da carreira de AP
1992	Lei Estadual nº 10.961 de 14/12/1992	Criou a Escola de Governo
1994	Lei Estadual nº 11.406 de 28/01/1994	Criou 80 cargos da carreira AP
1994	Decreto Estadual nº 35.487 de 28/03/94	Criou 80 cargos da carreira AP
1994	Decreto Estadual nº 35.623 de 07/06/1994	Criou 40 cargos da carreira AP
1994	Portaria Ministerial (MEC) nº 1.257 de 23/08/1994	Reconheceu o Curso de Administração, habilitação em Administração Pública
1994	Lei Estadual nº. 11.658 de 02/12/1994	Revogou a Lei Estadual 9.360/86 e fixou em 425 o número de cargos de Administrador Público
1998	Lei Estadual nº 13.085 de 31/12/1998	Transformou o cargo de AP em EPPGG
2004	Lei Estadual nº 15.304 de 11/08/2004	Reestruturou a carreira de EPPGG
2009	Decreto Estadual nº 45.039 de 11/02/2009	Criou a Gerência de Extensão e Relações Institucionais no âmbito da Escola de Governo
2010	Lei Estadual nº 18.974 de 29/06/2010	Criou incentivos para progressão e promoção na carreira de EPPGG
2013	Decreto Estadual com numeração especial nº 43 de 07/01/2013	Renovou, por 4 anos, o reconhecimento do Curso de Administração Pública
2016	Lei Estadual nº 22.257 de 27/07/2016	Reduziu o número de cargos da carreira de EPPGG
2016	Resolução Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico nº 67 de 22/12/2016	Renovou o reconhecimento do Curso de Administração Pública
2018	Lei Estadual nº 22.929, de 12/01/2018	Instituiu a reserva de vagas sociais e raciais no edital do concurso para a carreira de EPPGG
2019	Ata da 92ª reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da EG de reunião realizada em 29/04/2020	Aprovação da matriz de competências do Csap

---

2019 Lei Estadual nº 23.304 de 30/05/2019

Ampliou os locais de exercício dos EPPGG

---

Fonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho-EG/FJP (elaboração própria)